

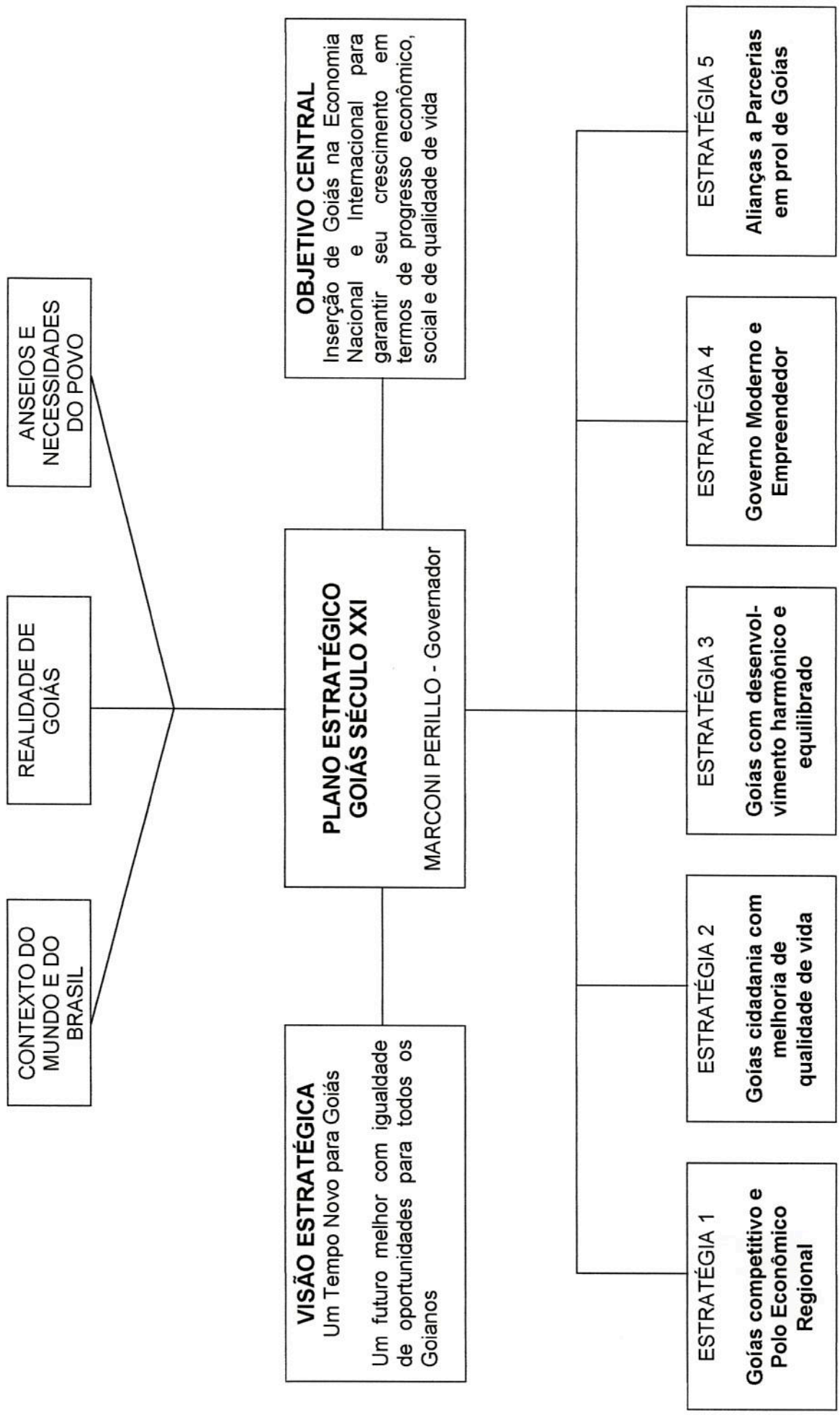
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

PLANO DE GOVERNO

**A CONSTRUÇÃO DO
TEMPO NOVO**

1999 - 2002

CONCEPÇÃO BÁSICA DO PLANO ESTRATÉGICO



INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Governo " A Construção do Tempo Novo - 1999 / 2002" foi concebida levando-se em consideração o novo conceito de desenvolvimento que se pretende para o Estado de Goiás.

Um modelo de desenvolvimento sustentável que tem o crescimento econômico como meio e o ser humano como fim e que garanta as possibilidades e as oportunidades da geração presente, sem desconsiderar as gerações futuras. Neste novo paradigma, chega-se ao consenso que a riqueza econômica nem sempre significa melhoria da qualidade de vida da população, a maneira como ela é distribuída, sim, esta é decisiva.

As profundas mudanças que vem ocorrendo no mundo, num processo dinâmico de integração internacional, em que se confrontam sistemas produtivos, estruturas institucionais e organizações sociais e que impõem uma série de condicionantes à economia brasileira, e ainda mais às regiões de ocupação econômica recente, como o Centro-Oeste, não deixam espaço para os métodos tradicionais de improviso e desperdício.

Não têm sustentabilidade as vantagens comparativas baseadas apenas em recursos naturais, sendo que as vantagens construídas ou dinâmicas irão influenciar com maior intensidade o processo de desenvolvimento.

Os desafios impostos pela primazia do conhecimento científico e tecnológico, pelo fluxo internacional de capital, a formação dos grandes blocos econômicos e a globalização das atividades econômicas, com aumento da competitividade, exigem a construção de um novo modelo de Estado, capaz de dar respostas positivas às aspirações da sociedade goiana.

Nesta perspectiva é que se apresenta este Plano de Governo, tendo como pressupostos básicos a consideração do contexto mundial e do Brasil, a realidade de Goiás e os anseios e necessidades do povo goiano. Seu objetivo central é a inserção de Goiás na economia nacional e internacional, para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico, social e de qualidade de vida, estando alicerçado em Cinco Objetivos Estratégicos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Constituem objetivos estratégicos da administração pública estadual direta e indireta no período 1999-2002:

Tornar o Estado de Goiás competitivo frente à globalização econômica mundial e transformá-lo em relevante pólo de desenvolvimento econômico regional no contexto nacional;

Criar condições objetivas no sentido de que a cidadania seja usufruída pelo conjunto da população e melhoria da qualidade de vida através do acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho;

Corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais causados pelo processo de desenvolvimento econômico-social e realizar a gestão da ocupação do espaço territorial de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia;

Empreender ações administrativas participativas e descentralizadas, realizadas com dinamismo, qualidade e agilidade;

Institucionalizar alianças estáveis com as entidades da sociedade civil organizada, visando a um processo de desenvolvimento econômico social participativo, solidário e democrático.

Estes objetivos estratégicos deverão ser atingidos através das seguintes ações políticas, administrativas e financeiras:

A competitividade do Estado de Goiás deverá ser alcançada através:

- *da criação de políticas e mecanismos de apoio financeiro para o fortalecimento das empresas;*

- *da ampliação e melhoria da infra-estrutura do Estado, de forma a criar melhores condições de competitividade das empresas;*
- *do desenvolvimento de uma base tecnológica apropriada à realidade econômica e social do Estado;*
- *da criação de oportunidades de investimentos em novos empreendimentos nas áreas de serviços, agricultura, indústria e aproveitamento dos recursos naturais goianos, que sejam globalmente competitivos;*
- *da consolidação do Estado de Goiás como um relevante pólo econômico regional;*

A cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população deverão acontecer através:

- *da implantação de um dinâmico sistema de geração de emprego e renda;*
- *da universalização da oferta da educação e da saúde, compromissadas com a municipalização e a crescente melhoria da qualidade;*
- *da reforma do sistema de segurança pública, de forma a se obterem a diminuição da violência e o aumento da proteção das pessoas, com tolerância zero em relação ao crime e à impunidade;*
- *de ações de apoio institucional de atendimento às frações da população de baixa renda visando a sua inserção econômico-social e ao estabelecimento de uma rede de proteção assistencial;*
- *de um eficiente sistema de transporte coletivo de mais baixo custo e respeitoso para com o cidadão;*
- *do acesso às atividades culturais e às práticas esportivas ao lazer;*

A correção das distorções e dos desequilíbrios regionais e a gestão da ocupação do espaço territorial de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e o crescimento da economia deverão ocorrer através:

- *da implantação de programas governamentais especiais no Entorno de Brasília, no Norte e Nordeste de Goiás;*
- *da recuperação ambiental das regiões ambientalmente degradadas no passado e da criação de condições objetivas que assegurem o crescimento econômico sustentado no futuro;*
- *da implementação de ações de racionalização do desenvolvimento urbano e do incremento da construção e melhoria de moradias populares;*
- *da ampliação de ações de saneamento básico, priorizando o tratamento de esgotos e a destinação do lixo urbano;*

A administração pública participativa, descentralizada, dinâmica e de boa qualidade será implementada através:

- *de ações governamentais participativas e descentralizadas;*
- *da implantação de um modelo de gestão baseado na melhoria da eficácia e eficiência do serviço público estadual, acompanhado por indicadores de performance norteadores do cumprimento dos objetivos estratégicos da administração pública;*
- *do adequado equacionamento e direcionamento da aplicação dos recursos financeiros escassos, via definição transparente das prioridades das ações governamentais, que serão conduzidas com honestidade, economia de meios, administração desburocratizada e valorização dos servidores;*

- *da priorização de parcerias com as administrações municipais, visando ao aumento da eficiência administrativa e à diminuição de custos, bem como à dinamização da economia local;*

A institucionalização de alianças estáveis com a sociedade civil organizada, visando o desenvolvimento econômico-social participativo, solidário e democrático, será operacionalizada através:

- *da implantação de um fórum permanente de discussão das alternativas de desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Goiás;*
- *da implantação de parcerias com os agentes econômicos e sociais visando a melhoria da operacionalização dos serviços públicos e a criação de novas oportunidades de investimentos produtivos geradores de renda e emprego;*
- *da institucionalização de canais participativos da sociedade goiana na formulação e implementação da administração pública através da participação efetiva de entidades representativas da sociedade civil organizada em conselhos, comissões e grupos de trabalho nas Secretarias de Estado e outros órgãos e empresas governamentais;*
- *de ações governamentais formuladas e implementadas em aliança com os partidos políticos que dão sustentação política e parlamentar à atuação do Poder Executivo.*

DIRETRIZES PARA A AÇÃO GOVERNAMENTAL

No período 1999-2002, a ação governamental será pautada nas seguintes diretrizes principais:

Todo plano, programa ou projeto governamental deverá estar em rigorosa consonância política, econômica, administrativa e financeira com os objetivos estratégicos da administração pública;

A execução de qualquer obra ou serviço de interesse da administração pública deverá mostrar coerência e uniformidade com os seus objetivos estratégicos;

A administração pública será realizada tendo por base rigoroso planejamento técnico, operacional e financeiro, de forma a se obter a melhor relação custo/benefício que for possível, maximizando os recursos financeiros disponíveis e minimizando os custos envolvidos;

O planejamento e as ações governamentais deverão ser concebidos e realizados de uma forma tal que a diversidade do Estado em termos dos seus meios físico, biológico e sócio-econômico seja levado em conta visando ao respeito das vocações econômicas, sociais e culturais de cada uma das suas regiões geográficas, objetivando:

- ♦ o fortalecimento da economia estadual, regional e local;*
- ♦ a obtenção de ganhos sociais com a geração de empregos e renda;*

- ♦ *a criação de pólos de desenvolvimento regionais e locais que sejam economicamente sustentáveis e harmoniosos com o meio ambiente e com a ocupação do espaço territorial;*
- ♦ *uma ação governamental descentralizada e participativa em que o engajamento do poder municipal, da iniciativa privada e das organizações não governamentais seja factível através de parcerias duradouras obtidas pelo diálogo democrático governo/sociedade;*
- ♦ *o controle democrático da ação governamental por parte da sociedade, através de mecanismos públicos e transparentes de condução das atividades estatais e da participação popular institucionalizada no acompanhamento da execução dos planos, programas e projetos*

PRINCÍPIOS DE GOVERNO

A administração pública goiana, direta e indireta, para atingir os objetivos estratégicos de um tempo novo, será operacionalizada tendo por base os seguintes princípios e valores:

I – GOVERNO DE PROIBIDADE ADMINISTRATIVA: DIGNIFICANDO O PODER PÚBLICO DE GOIÁS

A corrupção é a pior chaga social e política da sociedade humana, com os membros da administração pública devendo combatê-la tenazmente, de uma forma tal que a ação governamental seja inteiramente fundada na proibidade, na honestidade, na franqueza e na transparência, que são valores humanos fundamentais que o povo goiano cultua com grande desvelo;

II – GOIÁS PARA TODOS: OPORTUNIDADES IGUAIS PARA OS SEUS CIDADÃOS

Na defesa dos interesses da sociedade, a ação governamental deverá estar voltada para a criação de oportunidades iguais para todos os cidadãos e a eliminação de privilégios, quaisquer que sejam eles;

III – GOVERNO DA CIDADANIA: SERVINDO O CIDADÃO E A COLETIVIDADE

O aparelho do Estado somente tem sentido de existir se suas ações forem direcionadas para as realizações que beneficiem a pessoa

humana, cujos anseios e esperanças estão voltados para a qualidade de vida, a satisfação familiar e profissional e a capacidade de analisar, reivindicar e produzir individualmente e coletivamente. Neste sentido, a ação governamental deve existir para servir o cidadão e a coletividade e não o contrário.

IV – GOVERNO DE VISÃO: APONTANDO OS RUMOS DO FUTURO

A ação do Estado deve apontar as perspectivas do futuro, articulando, estimulando e apoiando as legítimas iniciativas da comunidade, de uma forma tal que os caminhos seguidos sejam certos e seguros. Um Governo que seja catalisador e que crie caminhos certos para a segurança e a realização coletiva e individual, com rumo e esperança;

V – GOVERNO PLANEJADO

O aparelho do Estado deve realizar cuidadoso planejamento da ação governamental, que seja austera, acabe com a improvisação, o amadorismo e os desperdícios e que leve em conta a dinâmica das transformações políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais que estão ocorrendo no mundo, no Brasil e em Goiás, de forma a atender as demandas da geração atual, sem comprometer as do futuro.

VI – GOVERNO DESCENTRALIZADO: CAMINHANDO COM ALIANÇAS E PARCERIAS.

A ação governamental deve ser descentralizada, participativa e de qualidade, objetivando aproximar-se da população e, para tanto, são fundamentais alianças e parcerias com as Prefeituras e as entidades da sociedade civil;

VII – GOVERNO EMPREENDEDOR

O Governo de Goiás será empreendedor dos avanços econômicos, sociais e culturais do nosso povo e os dirigentes terão de ser criativos e equacionar e direcionar corretamente os recursos financeiros disponíveis, que são escassos, somando esforços com a iniciativa privada no sentido de se atingir o desenvolvimento do Estado;

VIII – GOVERNO EFICAZ: FOCO NOS RESULTADOS

O Governo de Goiás deve ser eficaz e focalizado prioritariamente nas suas atividades finalísticas, e não na sua ação administrativa intermediária, de forma a produzir resultados que realmente levem ao fortalecimento social e econômico do Estado;

IX – GOVERNO PARTICIPATIVO E DEMOCRÁTICO

O Governo do Estado de Goiás deve institucionalizar mecanismos de diálogo permanente com a sociedade, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, os Municípios, os partidos

políticos e os movimentos organizados, visando à ação compartilhada e ao fortalecimento do entendimento e da democracia em prol do povo goiano;

X – GOVERNO INOVADOR

O dirigente governamental não deve ser simplesmente um tocador de obras. Ele deve ser criativo e não deve ter medo de ser inovador. Contudo, cada nova ação deve ser planejada e discutida com a sociedade, de forma torná-la compreendida pelo povo, sempre tendo em mente que os seus fins devem estar em sintonia com os objetivos estratégicos do Governo do Estado.

PROGRAMAÇÃO 1999 - 2002

O Plano de Governo contempla as propostas básicas que orientarão as ações governamentais para o período 1999 - 2002.

Sua elaboração resulta de um amplo processo participativo realizado durante a campanha eleitoral, do estudo das potencialidades e restrições do Estado, e de uma visão prospectiva, que busque um novo modelo político, econômico e social, rompendo com métodos arcaicos de gestão pública, baseados em improvisos, desperdícios e clientelismo.

*Partindo-se do pressuposto que a competência de um governo está em valorizar o cidadão, garantindo também uma melhor qualidade de vida àqueles que virão, a nova postura política do Governo será fundamentada em **Objetivos Estratégicos**, que serão alcançados através de políticas setoriais, sintetizadas de acordo com o seu objetivo.*

***Goiás Competitivo e Pólo Econômico Regional**, que contempla as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento agropecuário, desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo, produção mineral, energia e transportes.*

***Goiás Cidadania com Melhoria da Qualidade de Vida**, abrangendo as seguintes políticas: geração de emprego e renda; educação; saúde; cultura; justiça, direitos humanos e segurança pública, transporte coletivo; desporto e lazer; promoção social.*

Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado,
envolvendo a política de proteção ao meio ambiente, habitação e saneamento.

Governo Moderno e Empreendedor, *que contempla as políticas de planejamento, estabilidade fiscal, reforma e modernização administrativa e apoio às administrações municipais.*

Alianças e Parcerias em Prol de Goiás, *que abrange a política de parceria para o Governo de Um Tempo Novo.*

**PLANO ESTRATÉGICO GOIÁS
SÉCULO XXI**

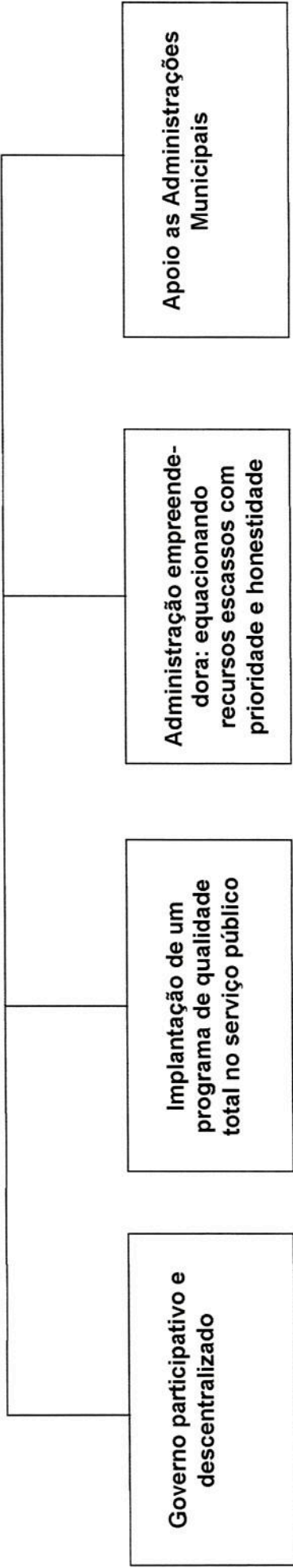
MARCONI PERILLO - Governador

ESTRATÉGIA 4

**GOVERNO MODERNO E
EMPREENDEADOR**

OBJETIVOS

Transformar a estrutura de governo, modernizando, descentralizando e construindo um serviço voltado ao cidadão e ao incremento da eficácia e estabelecendo canais de comunicação com a população.



PLANEJAMENTO

Um dos problemas graves da Administração Pública do Estado de Goiás é a ausência de um Planejamento Estratégico que defina objetivos claros e metas de curto, médio e longo prazos.

A inserção de Goiás no cenário de um Brasil desenvolvido, competitivo e socialmente mais justo, passa necessariamente pela modernização da forma de governar e a adoção pelo Governo do Estado, de um Plano Estratégico.

Goiás não pode ingressar em uma nova etapa do seu desenvolvimento com improvisações, desorganizações e desempenho ruim de sua economia e de seus serviços. O Estado não pode mais conviver com a improvisação, o amadorismo e a intuição de poucos "iluminados". É preciso que Goiás tenha um Projeto de Desenvolvimento claro, consistente e conhecido da sociedade, que permita a sua elevação à situação de uma das mais importantes unidades da Federação Brasileira.

A proposição de um Plano Estratégico é fundamental para que o Estado tenha eficácia em suas ações, superando entraves existentes para o seu desenvolvimento e diminuindo as desigualdades regionais e sociais. E a ferramenta para isto é o Planejamento Estratégico, que de forma participativa produz decisões e ações fundamentais que dão forma e orientam o que o Estado quer atingir, a partir do estágio em que se encontra.

O planejamento estratégico começa com clara definição de prioridades. Os recursos do Estado são escassos, as carências são enormes. A ordem é não dispersar recursos.

Os programas do Governo obedecem a uma lógica de conjunto e guardam entre si estreita relação de complementariedade e sinergia.

As ações previstas buscam reforçar e dinamizar a integração e o desenvolvimento das regiões do Estado com base na dinâmica espacial concreta da economia.

No caso dos programas de infra-estrutura, o objetivo é fortalecer redes integradas de transporte, energia e telecomunicações, indispensáveis tanto para tornar mais competitivos, quanto para criar novas oportunidades de investimentos.

A complementariedade também existe nos programas sociais, para que as políticas de Governo resultem em efetiva melhoria das condições de vida da população.

É necessário que o Estado cumpra suas funções com o menor dispêndio de recursos, priorize as atividades estratégicas e pratique intensivamente o gerenciamento na ação governamental. Trata-se da racionalização das ações do Governo, possibilitando aliar a ampliação de resultados à redução de gastos e o alinhamento das ações do Governo aos seus objetivos estratégicos, para definir seletivamente o gasto público, fortalecendo as ações prioritárias e eliminando as desnecessárias ou de menor relevância.

Através do Choque Gerencial, será possível incorporar o conceito de responsabilização à cultura do serviço público. O gerenciamento dos programas será intensificado com a aplicação do modelo gerencial voltado para resultados e a utilização de instrumentos de avaliação apropriados (indicadores, metas, custos).

Estão previstas a definição de diretrizes para a construção de um modelo de avaliação do gasto público, com foco na satisfação do "cliente-cidadão"; a consolidação do planejamento como instrumento de Gestão Pública e a vinculação de prioridades de alocação de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com os programas e projetos vinculados ao atingimento dos objetivos estratégicos.

A combinação desses elementos possibilitará um avanço na reforma do Estado, a melhoria da qualidade e transparência do gasto público, com atendimento às prioridades da sociedade, e a eliminação de ações em que custos e benefícios não sejam compatíveis.

As principais ações previstas são:

De Planejamento, Avaliação e Controle:

- *Elaboração do Plano de Governo, que dispõe em linhas gerais, sobre os objetivos, diretrizes, princípios e programas do Governo;*
- *Acompanhamento e avaliação do Programa "Tempo Novo em Ação", elenco de programas prioritários;*
- *Elaboração do Plano Plurianual 2000 - 2003, de toda a ação do Governo em um conjunto de programas, com objetivos e metas claramente definidos;*
- *Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
- *Implantação da Controladoria, suportada por sistema informatizado que permite o controle e a avaliação dos programas e projetos do Governo, a partir de dados situacionais relevantes e de indicadores de performance;*
- *Definição de indicadores de performance, que possibilitarão a avaliação do impacto dos programas e projetos do Governo, junto ao público-alvo;*
- *Acompanhamento, em conjunto com a Universidade de São Paulo - USP, do modelo de gerenciamento da ação governamental (Controladoria);*
- *Implantação de modelo de acompanhamento das ações dos Órgãos Jurisdicionados, adequando-as aos objetivos estratégicos e diretrizes estabelecidos no Plano de Governo.*

De Desenvolvimento Regional:

A sociedade brasileira enfrenta as profundas desigualdades na distribuição de renda, do ponto de vista pessoal e regional. A correção dessas desigualdades torna-se um desafio mais complexo, face às rápidas transformações sociais e aos novos paradigmas do desenvolvimento.

Será fundamental eliminar as distorções de mercado e deficiências estruturais que ainda afetam as regiões mais deprimidas, viabilizando, paralelamente, a exploração de seu potencial de desenvolvimento endógeno, criando capacidade competitiva, viabilizando o crescimento sustentado, com o mínimo de dependências e vulnerabilidades.

A estratégia governamental será pautada pela implementação de programas de desenvolvimento auto - sustentado para todas as regiões do Estado.

Será enfatizada a convergência das ações do setor público e privado, a sustentabilidade do processo, parcerias e seletividade no uso dos escassos recursos disponíveis.

- *Elaboração de **Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentado para a região do Norte Goiano**, identificando os principais eixos de investimento público e privado;*
- ***Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentado Nordeste Goiano**, objetiva promover o desenvolvimento auto sustentado, através de ações governamentais em pontos estratégicos visando resgatar o compromisso de reduzir o desequilíbrio existente entre o Nordeste e as demais regiões do Estado;*
- ***Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentado para o Entorno do Distrito Federal**, tendo como objetivo o desenvolvimento da região com*

redução dos desequilíbrios sociais, principalmente o desemprego e a violência crescente;

- ***Região Metropolitana de Goiânia***, caracteriza-se pelo conjunto de municípios sob a influência da grande Goiânia, em processo de conurbação. Pretende-se definir instrumentos de desenvolvimento regional, que possam ordenar suas áreas intra-urbanas, através do crescimento sustentado e ordenamento do seu território;
- ***Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentado para o Sudeste Goiano*** priorizando eixos sócio-econômicos que impulsionem o crescimento regional;
- ***Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentado para o Sudoeste Goiano***, definindo para a região, os eixos prioritários para investimentos públicos e privados, a partir de suas principais características e demandas;
- ***Plano Diretor do Entorno do Distrito Federal***, estabelecendo um planejamento urbano em conjunto com todos os municípios do Entorno de Brasília, tendo em vista as graves conseqüências do crescimento desordenado dessa região em relação à sua ocupação urbana e espacial, através da utilização de instrumentos de planejamento;
- *Atuação em parceria com órgãos públicos e privados, na implantação do **Plano Diretor do Vale do Araguaia**, visando o desenvolvimento sustentável dessa região, com o múltiplo aproveitamento dos recursos hídricos;*
- *Definir as principais propostas para o Estado no **PLANOESTE - Plano de Desenvolvimento Estratégico Sustentável do Centro-Oeste**, atuando em conjunto com os demais Governadores da Região, visando ampliar a participação regional em termos de investimentos federais;*
- *Redefinir a atuação do Governo Estadual no gerenciamento dos recursos do **Fundo Constitucional do Centro-Oeste**, reestruturando as prioridades de financiamento em consonância com as prioridades de Governo;*

- *Implantação e gerenciamento do **Programa de Desenvolvimento Municipal**:*

- *Apoiar a implantação do Projeto de Fruticultura para o Médio Norte Goiano, incentivando ainda a consolidação de diversos pólos de fruticultura que surgiram espontaneamente nas regiões do Estado;*
- *Apoiar o Projeto de Benefícios Fiscais para a Amazônia Goiana, que visa trazer os benefícios fiscais do programa até os limites do município de Jaraguá;*
- *Gerenciamento e acompanhamento dos projetos de irrigação de Flores de Goiás e Luís Alves; cujas áreas cultivadas poderão produzir até 250.000 toneladas anuais de grãos em duas safras, contando com recursos do Governo Federal, através de convênio com o Ministério do Meio Ambiente.*

De Projetos Especiais:

- *Apoiar a implantação dos projetos relacionados, definindo em conjunto com os órgãos responsáveis e entidades civis organizadas, as prioridades governamentais:*
 - *Projeto de Novas Fontes de Geração de Energia;*
 - *Projeto de Instalação do Gasoduto em Goiás;*
 - *Plano de Telecomunicações para Goiás;*
 - *Ferrovias Norte-Sul;*
 - *Ferrovias;*
 - *Hidrovia Tietê-Paraná-Paranaíba;*
 - *Hidrovia Araguaia-Tocantins;*
 - *Programa Diretor de Transporte Urbano - Metrô;*
 - *Projetos de Assentamento Rurais;*
 - *Programa de Apoio e Incentivo às Micro-Empresas;*
 - *Programa de Habitação;*
 - *Programa Integrado de Turismo;*

– Apoio à criação do Instituto Centro Norte do Arroz

De Captação de Recursos

- *Implantação do **Balcão de Projetos**, visando identificar fontes de financiamento nacionais e internacionais para os diversos setores da administração pública, bem como para os setores organizados da sociedade civil, apoiando a captação de recursos em áreas consideradas prioritárias;*
- *Análise do **Orçamento Federal**, com o objetivo de identificar fontes de recursos, além de propiciar aos parlamentares goianos, informações sobre os recursos federais alocados para Goiás;*

De Estudos sobre o Desenvolvimento - Goiás Século XXI

- *Promover a elaboração de estudos, a realização de fóruns, debates, encontros e palestras com diversos segmentos da sociedade goiana, visando definir estratégias de desenvolvimento de longo prazo;*
- *Elaborar e publicar a revista Economia Goiana;*
- *Fórum de Desenvolvimento.*

De Administração

- *Coordenar a implantação, em conjunto com a Secretaria da Administração, da Reforma Administrativa do Estado;*
- *Implantação do Plano Diretor de Informática.*

De Orçamento e Finanças

- *Realizar a Revisão Orçamentária, adequando o orçamento à realidade do Estado e às prioridades de Governo;*
- *Implantar novo modelo de Fluxo de Caixa, que permitirá o controle das despesas e receitas públicas;*

- *Implementar o Orçamento Participativo, com o objetivo de envolver a comunidade na elaboração do Orçamento Estadual.*

De Estatística, Pesquisa e Informação:

- *Promover a realização de estudos conjunturais, indicadores econômicos e dados estatísticos, permitindo o acompanhamento do desempenho da Economia Goiana: Análise Conjuntural, Goiás em Dados, PIB - Produto Interno Bruto, Aluguéis Residenciais, Anuário Estatístico, Catálogo de Informações Sócio-Econômicas, IPC - Índice de Preços ao Consumidor.*

Outros Projetos de Interesse do Estado:

- *Programa Estadual de Desestatização, que consiste na avaliação das empresas públicas sob o ponto de vista do desempenho econômico-social, privatizando empresas e serviços diretamente relacionados com a iniciativa privada;*
- *Criação de um Fundo de Aposentadoria;*
- *Criação da Agência de Fomento do Estado de Goiás, que será responsável pela aplicação dos recursos financeiros do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e recursos orçamentários do Tesouro Estadual, Federal e dos municípios no financiamento do desenvolvimento goiano;*
- *Implantação do Banco do Povo, viabilizando o acesso ao crédito de pequenos empreendedores de baixa renda, que possuem habilidades e experiências de trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu próprio negócio;*
- *Implantação do Programa Goiano de Competitividade;*
- *Implantação do Programa de Qualidade do Setor Público;*
- *Promover Seminários de Integração Intragovernamental;*

- *Promover Reuniões com Ex-Governadores, com o objetivo de reaproveitar programas e projetos bem sucedidas nas administrações passadas.*

APOIO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

Articular e apoiar as Prefeituras Municipais, orientando-as quanto à sua organização, planejamento urbano e a capacitação de recursos humanos da administração municipal, conscientizando-as da importância desses instrumentos de planejamento para o desenvolvimento e fortalecimento institucional e conseqüentemente assumir suas competências com maior eficiência.

Ações:

- *Desenvolvimento de Consórcios Intermunicipais;*
- *Modernização Administrativa;*
- *Planejamento Urbano;*
- *Capacitação de Recursos Humanos.*